

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE

OUVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO

Aos 24 dias do mês de novembro de 2011, às 9h, no Centro de Convenções do Estado do Pará, durante o XIX Congresso Nacional do Ministério Público, aconteceu a XI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Dr. ABRAÃO JÚNIOR MIRANDA COELHO, Presidente do CNOMP, deu boas vindas a todos e registrou as presenças, dizendo não ser possível a presença da Dra. Taís Ferraz, Ouvidora do CNMP, por motivo de doença, mas o Conselheiro do CNMP, Dr. TITO AMARAL, está presente. Dada a palavra ao Dr. CLAUDOMIRO, Ouvidor Geral do Ministério Público do Estado do Pará, que disse da satisfação de receber os Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados nesta reunião ordinária. Falou da cidade de Belém, suas belezas, cultura, culinária, economia e história. Falou de toda a programação para a Reunião de Ouvidores Gerais dos Ministérios Públicos. O Dr. ABRAÃO falou que a Ouvidoria é a porta de entrada do cidadão ao Ministério Público e que, em boa hora, o CNMP determinou que todos os Ministérios Públicos instalassem suas Ouvidorias. Falou sobre as funções da Ouvidoria, enfatizando a regra constitucional da participação efetiva do usuário na administração pública. Dada a palavra ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará, Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, que deu boas vindas a todos, declarando a alegria em sediar o XIX Congresso Nacional do Ministério Público e a XI Reunião Ordinária do CNOMP. Discutida e aprovada a ata da X Reunião Ordinária do CNOMP. Dr. ABRAÃO registrou a presença importante do Dr. TITO, Conselheiro do CNMP, oriundo do Estado do Goiás, oportunidade em que leu um breve curriculum do mesmo. Dada a palavra ao Dr. TITO AMARAL, que agradeceu o convite para participar da presente reunião, falou como anda o Ministério Público nacionalmente. Disse que há condutas de membros do Ministério Público que não são recomendáveis e que nem todos os políticos estão contra o Ministério Público. Ao final, disse que o Ministério Público está muito bem e que todos construímos o Ministério Público e que aqueles que passaram, mesmo antes da CF\88 também tiveram sua participação. Afirmou que, intuitivamente, conhece-se o que a Ouvidoria faz, mas há diferenças na atuação de diversas ouvidorias dos Estados. Informou que o CNMP está fazendo uma reforma no regimento interno e ele é o responsável, e dentre as alterações, foi criada a Ouvidoria como órgão do CNMP, e Dra. Taís Ferraz foi eleita como Ouvidora pelo plenário, com mandato fixo e atuação independente. A Ouvidoria do CNMP será muito importante, mas não será mais importante que qualquer outra ouvidoria dos Estados. Afirmou ainda, que a Ouvidoria do CNMP não tem a atribuição de coordenar as demais

ouvidorias, em respeito ao CNOMP. A grande dificuldade é situar a Ouvidoria como órgão e definir sua natureza jurídica. O papel da Ouvidoria do CNMP é receber denúncias e reclamações sobre a atuação do próprio CNMP. O papel das Ouvidorias é traçar um perfil do atual Ministério Público e levar a Ouvidoria às ruas. Franqueada a palavra, o Dr. ESTEVAM, ex-Ouvidor do Estado do Pará, elogiou a nitidez da fala do Dr. TITO, e o conforto de que a Ouvidoria não se transforme em um mero protocolo de reclamações, mas contribua para traçar o perfil do MP. Dr. ABRAÃO falou que o caminho percorrido para a consolidação das ideias de ouvidoria foi muito árduo. Disse que o CNOMP encaminhou ao CNMP uma proposta de resolução, aprovada por este colegiado, dentre as quais, a independência, eleição e mandato fixo eram diretrizes, mas o CNMP resolveu somente estabelecer que todos os Ministérios Públicos deveriam instalar suas ouvidorias. Dr. TITO disse que tem a preocupação no inchaço que há na administração pública e que de nada adianta criar uma ouvidoria para não funcionar. Disse que é vergonhoso que alguém aceite o cargo de ouvidor sem nada fazer, somente para receber aplausos em solenidades. Argumentou que o MP é um só e não existe hierarquia entre MP Estadual e Federal. Dra. ÉRICA indagou o que o CNMP está fazendo para que todos os Ministérios Públicos dos Estados e Federal criem suas ouvidorias, como foi determinado na Resolução, inclusive com prazo determinado. Dr. TITO disse que no CNMP está determinando certas condutas que não tem condições de cumprir. Afirmou que o CNMP dá certas ordens e não obriga o cumprimento e alguns membros ficam enrolando e não cumprem. Alegou que fez uma proposta no CNMP que, uma vez determinado pelo Conselho, se o membro não cumprir, deve responder procedimento. Dr. CLAUDOMIRO disse que manda relatórios analíticos para o PGJ e sugere mudanças na administração, bem como que o Ouvidor deve ser proativo. Dra. SILVIA indagou porque não há pontuação por merecimento pelo exercício no cargo de Ouvidor. O Dr. TITO afirmou que o merecimento depende da lei de cada Estado, mas a maneira de aferir esse merecimento, quando o membro não está em órgão de execução, é a grande dificuldade, mas deve ser o utilizado o mesmo critério que se utiliza para os coordenadores dos Centros de Apoio, que também ficam afastados. O Dr. TITO despediu-se, após agradecimento do Dr. ABRAÃO. Em seguida, o Presidente sugeriu a inversão da pauta, para realizar a homenagem aos ex ouvidores, membros no CNOMP. Estavam presentes e receberam a homenagem: ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO, SÍLVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO, LUIZ DO AMARAL, OTANILZA NUNES DE LUCENA, JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO, PEDRO IROITO DÓRIA LEÓ. Dr. ABRAÃO leu comunicação da Dra. JUSSARA, ex Ouvidora do MP/RS, justificando a ausência e agradecendo a homenagem. A placa de homenagem da Dra. JUSSARA foi entregue ao Dr. LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO para transmiti-la à homenageada. Dr. JOSENIAS falou da alegria em estar presente em mais uma reunião no CNOMP, que ajudou a fundar, juntamente com outros colegas. Diz sentir-se feliz por verificar que o CNOMP está cada vez mais forte. Dra. OTANILZA também agradeceu a homenagem. Dra. SÍLVIA agradeceu a homenagem e disse que ser Ouvidora

marcou sua carreira, sentindo-se realizada, e que fez muitos amigos no CNOMP. Passando às comunicações da Diretoria, o Dr. ABRAÃO disse que participou de reunião com a Dra. TAÍS FERRAZ, e que ela teve conhecimento do relatório consolidado das Ouvidorias dos Estados. Informou que teve uma reunião com o Ouvidor Geral da União, Dr. EDUARDO ROMÃO, visando a atuação conjunta em projeto de Lei sobre Ouvidorias públicas. Afirmou que esteve presente à posse do CNPG e que fez questão que a Ouvidoria fosse incluída no Planejamento Estratégico do CNMP. Adentrou à reunião o Dr. CÉSAR MATTAR, presidente da CONAMP, que foi saudado pelo Dr. ABRAÃO, mediante solicitação de apoio à consolidação das ouvidorias. Dr. CÉSAR agradeceu e fez questão de vir à reunião, reiterou as boas vindas e convidou a todos para participação nas demais programações do evento. Dr. CLAUDOMIRO agradeceu o apoio que a CONAMP e a AMPEP deram para a realização da presente reunião do CNOMP. Dr. ABRAÃO informou que recebeu com pesar a renúncia ao mandato da Dra. ISABEL, e que o fato de alguém renunciar um cargo de tanta relevância fragiliza a ideia de Ouvidoria. Dra. IRACY também informou que deixou o órgão em razão do término do mandato, agradecendo a acolhida de todos os amigos do CNOMP. Em seguida, fez um relato da sua atuação como Ouvidora do MP do Estado do Maranhão, e prestou contas das atividades no CNOMP como diretora financeira, fazendo a entrega aos presentes dos CDs contendo relatório da sua atuação. Dr. CLAUDOMIRO disse que aprendeu muito com a colega Dra. IRACY e que já contou com a colaboração dela na solução de uma demanda da Ouvidoria do MP do Pará. Dr. JORGE MENDONÇA ROCHA, Procurador de Justiça do Pará adentrou à reunião e o Dr. CLAUDOMIRO o saudou e agradeceu a providência com a logística da presente reunião. O Dr. JORGE agradeceu e deu as boas vindas, desejando que todos aproveitem a cidade. Dr. ABRAÃO o cumprimentou e agradeceu pelas providências e acolhimento. Adentrou à reunião o Dr. SAMIR, presidente da AMPEP, que foi saudado pelo Dr. ABRAÃO, agradecendo a acolhida. Dr. SAMIR deu as boas vindas a todos. Em seguida, diante da vacância dos cargos de vice presidente e de diretor financeiro, e, conforme Regimento Interno do CNOMP, artigo 9º., § 3º., haverá indicação da diretoria dos novos membros, até o término do mandato da diretoria do CNOMP. Em razão disso, foram escolhidos por aclamação o Dr. LUIZ CLÁUDIO VARELA, Ouvidor do MP/RS, como vice-presidente e Dra. MARYLENE BARBOSA NOBRE, Ouvidora do MP/CE, como diretora financeira. Com a palavra, o Dr. ROLANDO, integrante da Ouvidoria do MP/MG apresentou o relatório consolidado dos atendimentos de 2010 das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados. Durante a apresentação do relatório, surgiu a discussão sobre a necessidade de se pedir a escolaridade do reclamante. Argumentaram Dr. ABRAÃO, Dra. ÉRICA, Dra. SILVANA e Dr. ROLANDO. Ao final, Dr. ROLANDO se colocou à disposição do CNOMP para consolidar o relatório de 2011. Dr. GABRIEL elogiou o trabalho do Dr. ROLANDO, diante da importância em se ter um relatório para fins de conhecer o perfil da Ouvidoria do Ministério Público. Dr. VARELA agradeceu a confiança ao ser indicado para vice presidente. O Dr. ABRAÃO cumprimentou o Dr. VARELA e a Dra. MARYLENE

pela assunção nos cargos de vice presidente e diretora financeira, respectivamente. Ficou deliberado que o Dr. ROLANDO irá enviar o relatório unificado para todas as ouvidorias e estas deverão fazer sugestões para elaboração de um relatório padrão. Até 31 de janeiro de 2012, todos deverão remeter os relatórios do ano de 2011 à Ouvidoria de Minas Gerais, para fins de consolidação. Dr. ABRAÃO fez referência à lei nº 12.527, de 12 de novembro de 2011, que regulamenta o artigo 5º, XXXIII da CF\88, sobre o conhecimento e acesso do usuário aos registros públicos. Dr. ROLANDO justificou a ausência do Dr. MAURO, por motivos pessoais, e leu o texto por ele produzido sobre proposta de Nota Técnica sobre a reclamação com sigilo de dados. Dra. ÉRICA ponderou que antes de se pronunciar sobre a Nota Técnica o colegiado deveria refletir sobre a nova lei que regula o acesso a informações sigilosas e que alguns órgãos de execução utilizarem a possibilidade para não atuarem, bem como enfraquece a atuação da ouvidoria porque o cidadão pode desconfiar que seus dados serão revelados e colocar demérito no acesso à ouvidoria. Dr. GABRIEL disse que a Nota Técnica deverá ser aprovada porque está muito bem posta a questão da impossibilidade de quebra de sigilo diante da confiança entre o cidadão e à administração. Dr. VARELA afirmou que não haveria como se quebrar o sigilo. Dr. FERNANDO e Dra. SILVANA levantaram questão prejudicial se o sigilo é dirigido ao Ouvidor ou ao Ministério Público. Falaram a respeito o Dr. OMAR, ÁLVARO, JOSENIAS, GABRIEL, VARELA, ÉRICA, MARYLENE e CLAUDOMIRO. Após, ficou deliberado que o assunto fosse rediscutido na próxima reunião com a presença do Dr. MAURO. Dr. OMAR disse que encaminhou a Nota Técnica aos membros do Ministério Público e sugeriu que todos mandassem aos membros. Dr. ROLANDO entregou um relatório sobre o Ministério Público itinerante em Minas Gerais a todos os presentes. Quanto às informações relativas ao atendimento das Ouvidorias, o Dr. ABRAÃO disse que tem pertinência com a fala da Dra. Taís Ferraz, que estará presente à próxima reunião e o assunto fica para ser discutido naquela oportunidade. Apresentado o relatório financeiro da gestão de Dra. IRACY, que foi aprovado por unanimidade. Dra. IRACY vai encaminhar o relatório a todos e transferir o valor em caixa à Dra. MARYLENE. Dra. MARYLENE disse que pretende abrir uma conta em nome do CNOMP para assinar juntamente com o presidente. Aprovado à unanimidade que a diretora financeira assinará os cheques sozinha. Dra. ÉRICA comunicou a todos que está marcada a eleição para ouvidor no Ministério Público do Estado do RN e, provavelmente, esta será a última reunião que participará. Agradeceu a acolhida e o aprendizado no CNOMP e informa que deixou de defender 3 teses inscritas no presente congresso, no mesmo horário da reunião do CNOMP, em virtude de preferir participar das discussões deste colegiado. Dr. ABRAÃO agradeceu a participação da Dra. ÉRICA no CNOMP e disse que ela será homenageada na próxima reunião e, caso o MP/RN não pague os custos da viagem, o CNOMP poderá fazê-lo, com o dinheiro que tem em caixa. Dr. ABRAÃO agradeceu a acolhida ao Dr. CLAUDOMIRO. Dr. CLAUDOMIRO, por sua vez, agradeceu a oportunidade de sediar a XI Reunião do CNOMP.

Ficou deliberado que a XII Reunião Ordinária do CNOMP será no Rio Grande do Sul, no dia 16 de março de 2012. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.